



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD  
EQSW 103/104 - Complexo Administrativo – Bloco “B”, Térreo, Setor Sudoeste – 70670-350 – Brasília - DF  
Caixa Postal 7993  
 telefones: (61) 2028-9121 / 9122 / 9126 / 9207 / 9208 / 9448

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL  
Nº 006\2017 DE 26/05/2017**

**Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio  
Ambiental  
PROJETO PNUD BRA/08/023**

**ATENÇÃO**

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTE EDITAL, PARA O ENDEREÇO ELETRÔNICO: [bra08023.editais@icmbio.gov.br](mailto:bra08023.editais@icmbio.gov.br), ATÉ O DIA 07 DE JUNHO DE 2017 INDICANDO NO CAMPO ASSUNTO DO EMAIL O NÚMERO DO PROJETO, O NÚMERO DO EDITAL E O CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA. NÃO SERÃO ACEITOS CURRÍCULUNS ENVIADOS FORA DO PERÍODO INDICADO.

**OBS:** APÓS A SELEÇÃO CURRICULAR DOS CANDIDATOS O ICMBIO ENTRARÁ EM CONTATO PARA MARCAR ENTREVISTA E SOLICITAR PROPOSTA FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO. **O NOME DO(A) CANDIDATO(A), SELECIONADO(A) SERÁ PUBLICADO NO SITE DO ICMBIO.**

<p>PROJETO PNUD BRA/08/023 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO</p>
---

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do PROJETO, DO EDITAL E DO CÓDIGO DA VAGA desejada estejam descritos no Campo Assunto do E-mail.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 “*É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional*”.

**ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO**

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 110**

**2. Setor Responsável:** CONCES/CGUP **3. Diretoria:** DIMAN/ICMBio

**4. Função do Profissional a ser Contratado(a):** Técnico Especializado

**5 – Contexto:** Os Parques Nacionais são áreas de domínio público, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) quanto ao cumprimento de suas finalidades. Tendo como missão o manejo e a conservação da biodiversidade, essas unidades de conservação (UC) podem propiciar oportunidades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação às unidades de conservação é uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza, na medida em que, quem conhece as belezas naturais protegidas nas unidades de conservação federais é mais um potencial aliado na proteção do patrimônio natural brasileiro.

**6 – Justificativa:** A delegação de uso privativo de bens públicos para realização de serviços e atividades de apoio à visitação em Parques Nacionais brasileiros tem por objetivo principal diversificar a oferta de possibilidades para os visitantes, qualificando sua experiência de visitação. Além disso, visa a adequar os padrões de uso das UC à luz das regras e normas da administração federal, de forma a viabilizar o cumprimento da sua finalidade básica de preservação dos ecossistemas naturais, buscando, em paralelo, o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do país, por meio de seu potencial para uso público. Ao mesmo tempo, reconhece as mudanças dos valores sociais relacionados ao meio ambiente nas últimas décadas, refletidas de modo marcante nas formas de recreação e viagens voltadas para atividades que têm a natureza como cenário e objetivo, provendo a renovação e a melhoria da infraestrutura de atendimento ao ecoturismo.

**7 – Caracterização da Área:** Criado em 3 de abril de 1972, através do Decreto nº 70.355, o Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC) está situado na região sudoeste do Estado de Minas Gerais e abrange os municípios de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita, compreendendo uma área de aproximadamente 200.000 hectares. Da área decretada do PNSC, 71.525 ha estão com a situação fundiária regularizada e demarcada. Para efeito deste documento, esta área é denominada Chapadão da Canastra e, juntamente com os imóveis Esmeril/Fundão adquiridos pelo ICMBio após a aprovação do Plano de Manejo, estará no escopo do estudo a ser contratado. O PNSC conta com um instrumento de planejamento, o Plano de Manejo, em vigência desde 2005. Entre as finalidades de criação do PNSC, destaca-se a proteção de dois importantes ecossistemas. O ecossistema terrestre, formado por campos, afloramentos rochosos, cerrados e florestas e o ecossistema aquático, representado por poços, córregos e nascentes, sendo a do rio São Francisco, a mais importante delas. As propriedades particulares inseridas nos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra (Decreto nº 70.355/1972) e exploradas por terceiros não serão objeto desse estudo. Atualmente as áreas abertas à visitação pública estão localizadas no Chapadão da Canastra, servido por 4 portarias, em funcionamento das 8 às 18h, onde são cobrados ingressos, vistoriados os veículos e registrado o acesso.

### **Atividades de uso público atuais e/ou a serem desenvolvidas no Chapadão da Canastra:**

- Área de piquenique Velho Chico: 20°18'S – 46°31'W
- Área de piquenique Casca D'Anta: 20°18'S - 46°31'W
- Cachoeira Casca D'anta - parte Baixa
- Trilha da Casca D'anta Parte Baixa para parte Alta : 20°17'S – 46°31'W
- Subcentro de Visitantes: 20°18'S – 46°36'W
- Estrada Principal do Chapadão da Canastra: acessos pela Portaria 1, 2 e 3.
- Centro de Visitantes: 20°15'S - 46°25'W
- Lanchonete do Centro de Visitantes: 20°15'S - 46°25'W
- Nascente do São Francisco: 20°14'S - 46°26'W
- Curral de Pedras: 20°13'S - 46°28'W
- Cachoeira Casca D'Anta - parte Alta: 20°17'S - 46°31'W
- Garagem de Pedras: 20°13' - 46°37'W
- Fazenda Zagaia: 20°8'S - 46°55'W

## **Atividades de uso público previstas no Plano de Manejo e em estudos para implementação no Chapadão da Canastra:**

- **Caminho dos Cândidos:** Este Caminho terá início no Centro de Visitante, integrando esta AEI às AEI Garagem de Pedras, Centro de Pesquisa Casa dos Cândidos e Casca D'anta Parte Baixa. O percurso desta AEI até a AEI Garagem de Pedras poderá ser realizado a pé, de bicicleta ou em veículo motorizado. O percurso da AEI Garagem de Pedras até AEI Centro de Pesquisa Casa dos Cândidos só poderá ser realizado a pé ou de bicicleta. O percurso de retorno a partir da AEI Centro de Pesquisa Casa dos Cândidos até a AEI Casca d'Anta Parte Baixa poderá ser realizado a pé, de bicicleta ou em veículo motorizado. Nesta atividade não será permitido pernoite.
- **Travessia W. von Eschwege - 101 km** - sendo realizado em três dias, com dois pernoites, sendo um na localidade do Fundão e outro a ser definido no projeto específico. Esta atividade poderá ser realizada a pé ou de bicicleta.
- Lanchonete - área de piquenique Velho Chico: 20°18 'S – 46°31'W
- Retiro de Pedras

## **Atrativos do Chapadão da Canastra que necessitam de planejamento para estruturação e ordenamento da visitação:**

- Camping, trilha e Cachoeira do Fundão: 20°10'S 46° 36'W
- Cachoeira dos Rolinhos/Rasga Canga: 20°10'S 46°33' W
- Fazenda dos Cândidos: 20°14'S 46°38'W
- Trilha Portaria 01/parte alta Casca D'anta, com implantação de dois mirantes no paredão da Canastra, de modo a fornecer contemplação do Vale do Rio São Francisco e dos Cândidos;
- Projetos paisagísticos, com implantação de estruturas de apoio ao visitante em sítios históricos previamente selecionados em virtude de sua grande beleza cênica e com edificações bem preservadas, de modo a proporcionar ao turista conforto e segurança.

## **Alguns problemas relacionados à visitação podem ser identificados na Unidade, para que possam ser solucionados ou amenizados, quando da proposição de novas ações para as atividades de uso público do Parque, são eles:**

- os problemas erosivos apresentados em algumas áreas do Parque, em especial nas que ocorre visitação, são causados em decorrência da falta de escoamento de água nas estradas;
- a necessidade de monitoramento, implementação de projetos estruturais, interpretativos e manejo de trilhas existentes e previstas para implementação;
- Construção de passarelas nas proximidades do local de queda da Cachoeira Casca D'anta que permitam uma aproximação segura do visitante;
- a ocorrência do pato mergulhão, espécie endêmica com grande número de indivíduos identificados na Unidade. Espécie ameaçada, caso a visitação aos locais próximos dos pontos de sua ocorrência não seja realizada de forma planejada e organizada.

Algumas propostas que não se referem a uma área específica da Unidade ou que abrangem mais de uma área: capacitação, treinamento e credenciamento de condutores de visitantes, capacitação de funcionários, programa de educação ambiental, Trekking / ciclismo, entre outras.

**8 - Objetivo da contratação:** Elaboração de Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira para a delegação de uso do bem público (UC) para realização de atividades e serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Serra da Canastra.

### **9 – Descrição das atividades:**

Elaborar plano de trabalho, no máximo em até 15 dias após a assinatura do Contrato, contendo o escopo do serviço a ser prestado (produtos previstos) de forma detalhada, informando as metodologias a serem utilizadas ao longo do trabalho, incluindo detalhamento do cronograma físico. Apesar de constituir atividade obrigatória, o plano de trabalho não será passível de pagamento.

#### **9.1-Detalhamento das atividades:**

Deverão ser realizadas duas reuniões entre as partes: a primeira, para alinhamento de expectativas e a segunda para apresentação final dos resultados.

As reuniões/oficinas de trabalho serão localizadas em Brasília ou nas UC, conforme indicado pela Contratante.

### **Etapa 1 - Inventário de informações:**

O responsável técnico pelos estudos deverá consultar o Plano de Manejo do PNSC (2005) para verificação dos serviços de apoio à visitação previstos para delegação a operadores privados, bem como dos atrativos que serão abertos ao público. Após a leitura inicial do plano de manejo, a consultoria deverá solicitar à equipe do PNSC os dados adicionais necessários para a execução do trabalho, onde deverão ser considerados os atrativos e as atividades com previsão de implementação e investimentos planejados pelo PNSC, além de propor datas para a realização de uma reunião de alinhamento na sede do PNSC antes do levantamento de campo, repasse de documentos pela UC e acertos finais acerca do objeto da pesquisa. Todos os dados e as informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos, parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

### **Etapa 2 - Levantamento de campo:**

Após o conhecimento dos documentos existentes e da identificação das necessidades complementares de informações pertinentes ao trabalho proposto pela consultoria, deverão ser realizadas visitas técnicas de inspeção à unidade. Essas visitas servirão para a realização de entrevistas com os principais atores e lideranças que exercem influência nas Unidades de Conservação – UC – e para avaliação das edificações, da infraestrutura e demais equipamentos existentes nas áreas e atividades de uso público que serão objeto da análise econômica como: áreas onde serão realizadas a cobrança de ingressos e a recepção de visitantes, áreas de lanchonetes e de lojas de souvenirs, quiosque, transporte interno, estacionamento, canionismo, *cascading*, hotel/pousada, caminhada, *trekking*, cicloturismo, camping, pontos de pernoite entre outras atividades viáveis e exequíveis. A partir da análise documental, deverão ser realizadas reuniões não presenciais com a equipe do PNSC para complementação de informações. Todos os dados e as informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos, parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

Avaliação do mercado turístico local: a análise conjunta das informações e dos diagnósticos, oriundos destas duas primeiras etapas de trabalho, deverá permitir: identificar o potencial turístico atualmente existente na unidade; quantificar o turismo já praticado no interior do PNSC e na região de influência; identificar perfil dos visitantes do Parque e suas motivações; definir estimativas e cenários de crescimento da demanda de visitação no Parque. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos, parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

### **Produto Esperado das Etapas 1 e 2:**

**Produto 1: Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo e do mercado turístico local, elaborado e aprovado**

### **Etapa 3 – Modelagem do Negócio:**

A partir dos serviços identificados nas fases de inventário de informações e levantamento de campo, a consultoria deverá elaborar arranjos de delegação desses serviços em cenários distintos com possibilidades de implementação em lotes agregados ou não, visando a subsidiar a tomada de decisão institucional quanto ao melhor modelo a ser adotado. A modelagem, acompanhada do estudo, deverá identificar alternativas de investimentos sob a ótica econômica, que permitam a exploração, identificando a remuneração dos capitais investidos sob diferentes cenários, que será definida conforme a complexidade de operação, montante de investimentos necessários e tempo de retorno do investimento realizado. É de fundamental importância, nesta fase dos estudos, a caracterização do cenário potencial de usuários, ou seja, além da projeção do número de usuários futuros, decorrente do crescimento normal, há de se avaliar o crescimento induzido e desviado, correspondentes ao volume de visitantes que serão atraídos em função dos novos empreendimentos que serão implantados.

Análise de viabilidade econômico-financeira: concluídas as fases de diagnósticos e de levantamento de informações; e compreendida a situação atual e as possibilidades de implementação de atrativos para o PNSC, deve-se, então, realizar análises de cenários futuros, conjugando as diversas possibilidades do trinômio: potencialidades, investimentos, e viabilidade dos empreendimentos em questão.

### **Produto Esperado da Etapa 3:**

**Produto 2: Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNSC, elaborado e aprovado.**

### **Etapa 4 – EVEF:**

O trabalho deverá utilizar metodologias de análise consideradas pelas ciências econômicas como instrumentos adequados para determinação da viabilidade econômica dos empreendimentos em questão. Além destes instrumentos, o estudo deverá apresentar a projeção de receitas, despesas e investimentos complementarmente aos índices anuais previstos de lucratividade do empreendimento, como Taxa Interna de Retorno (TIR), Taxa Mínima de Atratividade (TMA), Valor Presente Líquido (VPL). Outras informações que deverão constar das

análises são: tempo de retomo do capital (*payback time*) e análise de custo-benefício dos empreendimentos, retorno sobre os ativos (*return on assets*) deverá apresentar 03 (três) cenários futuros com base em estimativas de incremento anual de visitação ao longo do período definido para a exploração dos serviços que serão focos de concessão. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

**Etapa 5 – Reunião de Validação:**

Participação em uma reunião para apresentação dos resultados: anterior à entrega do produto final, em Brasília/DF ou na UC, a critério da CGEUP. O documento preliminar para discussão na reunião deverá ser encaminhado com uma semana de antecedência das reuniões previstas, contendo todos os dados e informações utilizados. Deverão ser disponibilizados como anexos parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

**Produto Esperado das Etapas 4 e 5:**

**Produto 3: Relatório final consolidado do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNSC, elaborado e aprovado.**

**10 - Forma de apresentação:**

- Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.
- A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.
- Todos os produtos deverão ser entregues de forma preliminar para análise e aceite da equipe técnica do ICMBio (PNSC e CGEUP). O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme apontamentos e entregar a versão final.
- Os produtos finais deverão ser elaborados em documento formato doc e .xls compatível com Microsoft Word ou Excel, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

**11 - Direitos autorais e de propriedade intelectual:**

- A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação.

**12 - Cronograma e produtos:** A entrega dos produtos da consultoria técnica contratada deverá ocorrer conforme prazos estipulados abaixo, sendo que o último produto será entregue no prazo máximo de 90 (noventa) dias. Portanto, o responsável técnico deverá organizar suas estratégias de trabalho, de forma a garantir que os serviços sejam executados e todos os produtos finais sejam entregues, conforme cronograma e itens a seguir:

PRODUTO	VALOR	DATA PREVISTA
<b>Produto 01.</b> Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo e do mercado turístico local, elaborado e aprovado.	25%	30 dias após aprovação do plano de trabalho
<b>Produto 02.</b> Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNSC, elaborado e aprovado.	35%	30 dias após a aprovação do Produto 1
<b>Produto 03.</b> Relatório final consolidado do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNSC, elaborado e aprovado.	40%	30 dias após a aprovação do Produto 2

**OBS:** Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

**PERFIL DO PROFISSIONAL**

**10. Modalidade a ser Contratado:**  Produto

**11. Período da Contratação (90 dias)**

<b>12. Valor do Contrato:</b> De acordo com a portaria nº 162 de 12/05/2011-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.		Total do Contrato: R\$	
<b>13. Nº de Vaga(s):</b>	01		
<b>14. Nível de Escolaridade Desejado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
<b>15. Formação(ões) Acadêmica(s):</b> O profissional deve ter nível superior em Biologia, Engenharia Florestal, Economia ou áreas afins.			
<b>16. Especializações/Cursos:</b> Gestão Ambiental, Administração, Análise e Planejamento Financeiro.			
<b>17. Experiência Profissional:</b> Experiência profissional desejada em elaboração de estudos de viabilidade econômica, preferencialmente em empreendimentos turísticos.			
<b>18. Tempo de Experiência Profissional:</b> Experiência comprovada de, no mínimo, 05 anos			
<b>19. Localidade de Realização do Trabalho:</b> Parque Nacional da Serra da Canastra/MG.			
<b>20. Disponibilidade para Viagens:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>21. Conhecimentos em Informática:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>22. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>23. Conhecimento em língua inglesa:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>24. Capacidade de redação clara e concisa em português.</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

### CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL – VAGA 110

#### - MODALIDADE PRODUTO –

#### 1. FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 1.0)

Pontuação máxima 10 pontos

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Formação acadêmica <b>não atende</b> ao perfil profissional solicitado no Edital.	Eliminado
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	4
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e possui especialização e/ou mestrado na área de conhecimento do produto.	6

#### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 2.0)

Pontuação máxima 20 pontos

*CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme Edital.	1 ponto por atividade	5
Atividades específicas ao objeto de contratação, conforme Edital	1 ponto por atividade	5

### 3. AVALIAÇÃO DE TRABALHOS ANTERIORES (Peso 1,0)

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Deverá ser enviado, quando solicitado, portfólio de trabalhos realizados anteriormente pelo candidato (deverá ser enviado juntamente ao currículo).	10

### 4. ENTREVISTA (Peso 2,0)

**Pontuação máxima 60 pontos**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Avaliação dos conhecimentos sobre metodologias para elaboração de estudos de viabilidade econômico-financeira.	20
Avaliação da experiência e capacidade de articulação com diferentes atores envolvidos no processo.	10
Quantas consultorias o candidato está realizando?  OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas.	Até 2 consultorias simultâneas o candidato perderá 5 pontos por consultoria. A partir de 3 - eliminado

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 111**

**2. Setor Responsável:** CONCES/CGUP      **3. Diretoria:** DIMAN/ICMBio

**4. Função do Profissional a ser Contratado(a):** Técnico Especializado

**5. Contexto:** Os Parques Nacionais são áreas de domínio público, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação às unidades de conservação é uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza. Conhecer as belezas naturais protegidas nas unidades de conservação federais é mais um potencial aliado na proteção do patrimônio natural brasileiro.

**6. Justificativa:** A delegação de uso privativo de bens públicos para realização de serviços e atividades de apoio à visitação em parques nacionais brasileiros tem por objetivo principal diversificar a oferta de possibilidades para os visitantes, qualificando sua experiência de visitação. Além disso, visa adequar os padrões de uso das UC à luz das regras e normas da administração federal, de forma a viabilizar o cumprimento da sua finalidade básica de preservação dos ecossistemas naturais, buscando, em paralelo, o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do país, através de seu potencial para uso público. Ao mesmo tempo, reconhece as mudanças dos valores sociais relacionados ao meio ambiente nas últimas décadas, refletidas de modo marcante nas formas de recreação e viagens voltadas para atividades que têm a natureza como cenário e objetivo, provendo a renovação e a melhoria da infraestrutura de atendimento ao ecoturismo.

No Parque Nacional da Serra dos Órgãos - PARNASO há dois tipos de delegação de serviços em andamento, sendo um por meio de permissão e outro por concessão.

A permissão tem como objetos lanchonete e loja de lembranças nas sedes Teresópolis e Guapimirim, que será em breve substituído pelo modelo de concessão, motivo para o presente estudo econômico.

Nas sedes Teresópolis e Guapimirim os serviços concessionados abrangem a cobrança de ingressos, estacionamentos, acampamentos, manutenção dos centros de visitantes e transporte interno, sendo este último somente em Teresópolis.

Na parte alta do Parque (área de montanha) são concessionados os serviços de acampamento selvagem e hospedagem em abrigos de montanha, que incluem dormitórios com beliche, cozinha e banho quente. Além disso, a manutenção da trilha que liga as sedes de Petrópolis e Teresópolis é de responsabilidade da concessionária.

Recentemente, por meio de desapropriação de imóvel particular no PARNA da Serra dos Órgãos, o ICMBio incluiu em seu patrimônio área com infraestrutura básica de pousada a ser utilizada como sede da UC no município de Petrópolis/RJ, objeto também do presente estudo.

Conforme exposto, o presente estudo visa a elaboração de uma proposta de concessão de serviços de apoio à visitação que englobem aqueles já prestados atualmente na UC, aqueles identificados, porém não implementados e outros potenciais a serem identificados. Devem ser abrangidas pelo estudo as três sedes do parque prevendo diferentes arranjos negociais de concessão. O resultado do presente estudo irá subsidiar a decisão da administração quanto a realização de licitações isoladamente ou em lotes, visando manter a viabilidade contratual e a manutenção de serviços de qualidade ao visitante.

Neste sentido e visando realização de chamamentos públicos ou concorrências públicas, a consultoria deve apresentar o estudo de viabilidade econômico-financeira para a delegação de serviços de apoio à visitação como: cobrança de ingressos e recepção de visitantes, áreas da lanchonete e da loja de souvenirs, estacionamento, hospedagem de pousada, chalé e abrigos de montanha, camping, transporte interno entre outros viáveis e exequíveis, objeto do Resultado 5 do Projeto PNUD BRA/08/023.

## 7. Caracterização da Área:

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos - PARNASO, é uma das unidades de conservação mais reconhecidas e visitadas do Brasil. Criado em 1939, é o terceiro Parque Nacional mais antigo do país, está localizado a cerca de 100 km do centro do Rio de Janeiro e protege 20.030 hectares dos municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim.

A biodiversidade e a paisagem excepcional deste trecho da Serra do Mar, tendo o famoso Dedo de Deus como símbolo, foram os principais motivos da criação do PARNASO. A proximidade com o Rio de Janeiro, fez do PARNASO importante cartão de visitas do Sistema de Parques Nacionais.

O PARNASO hoje conta com três sedes onde há controle de acesso e centros de visitantes. Nas sedes Teresópolis e Guapimirim são oferecidas também áreas de estacionamento e camping. As áreas de montanha dos Castelos do Açú e da Pedra do Sino, acessadas por Teresópolis ou Petrópolis, contam com os abrigos de montanha e campings para hospedagem e apoio aos visitantes.

Atualmente, em Petrópolis, o PARNASO possui uma portaria de controle de acesso e venda de ingressos. Os ingressos, vendidos de forma diferenciada, atendem à parte baixa, constituída de trilhas de pequeno percurso e cachoeiras, e à parte alta, representada principalmente pelo Morro do Açú.

### Dados do Parque Nacional Serra dos Órgãos:

- Endereço da Sede: Parque Nacional da Serra dos Órgãos
- Rotariana, s/nº, Alto, Teresópolis, RJ
- CEP: 25960-602
- Telefone/Fax: (21) 2152-1100 / (21) 2152-1103
- E-mail/Site: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/> / [parnaso@icmbio.gov.br](mailto:parnaso@icmbio.gov.br)
- Área: 20.030 hectares
- Municípios que abrange: Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim / RJ

Acessos: A Sede Teresópolis, onde funciona a administração, está localizada junto à área urbana de Teresópolis, na entrada da cidade, a cerca de 500m da área central e com acesso bem sinalizado. O acesso a partir do Rio de Janeiro é feito pelas BR-040 e BR-116 (Rio-Teresópolis).

O acesso à Sede Guapimirim é no Km 98 da BR-116, no início de subida da Serra de Teresópolis. A rodovia corta o Parque e o acesso é bem sinalizado.

A Sede Petrópolis está localizada no bairro do Bonfim, distrito de Corrêas. O acesso terrestre principal é feito pela BR 040, que liga o Rio de Janeiro (RJ) a Juiz de Fora (MG). Do centro de Petrópolis até a portaria, o acesso é através da Estrada União-Indústria, que margeia o Rio Quitandinha. Deve-se tomar o acesso do Distrito de Corrêas. Para quem vem de Teresópolis o acesso é através da Rodovia BR-393 (Teresópolis-Itaipava). A partir de Corrêas o acesso é feito por estrada de terra e trechos ruins de asfalto e paralelepípedo. A portaria do parque é a última construção na área alta do bairro.

Instrumento de gestão: Plano de Manejo aprovado pela Portaria ICMBio nº 45 de 21 de julho de 2008.

**8. Objetivo da contratação:** Elaboração de Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira para a delegação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos – PARNASO, com apresentação de cenários possíveis e viáveis economicamente, que abranjam as três sedes do Parque Nacional Serra dos Órgãos e parte alta da UC.

### 9. Descrição das atividades:

Elaborar Plano de Trabalho, no máximo em até 10 dias após a assinatura do Contrato, contendo as atividades, cronograma e metodologia a serem adotados pela consultoria, considerando os produtos previstos e não será passível de pagamento. Este plano de trabalho deve ser discutido e aprovado em reunião de planejamento a se realizar com a equipe do Parque Nacional Serra dos Órgãos.

## **9.1 Detalhamento:**

### **Atividade 1- Inventário de informações:**

O responsável técnico pelos estudos deverá consultar o Plano de Manejo da UC para verificação dos serviços de apoio à visitação prevista para delegação a operadores privados, bem como dos atrativos que serão abertos ao público e o contrato de concessão vigente na unidade. Após a leitura, a consultoria deverá solicitar à equipe do PNSO os dados adicionais necessários para a execução do trabalho, no qual deverão ser considerados os atrativos e atividades com previsão de implementação e investimentos e propor datas para a realização de uma reunião na sede do PNSO antes do levantamento de campo e repasse de documentos pela UC e acertos finais acerca do estudo de viabilidade. O responsável técnico deverá levar em consideração o EVE já elaborado para a concessão de espaços como pousada da sede Teresópolis e elaborar as atualizações e/ou adaptações para o novo modelo proposto. Além disso, deverá realizar uma análise dos serviços executados pela concessionária e entrevista com a equipe da UC visando agregar propostas de melhorias.

### **Atividade 2- Análise preliminar:**

Após o conhecimento dos documentos existentes e da identificação das necessidades complementares de informações pertinentes ao trabalho proposto pela consultoria, deverão ser realizadas visitas técnicas de inspeção do Parque. Essas visitas servirão para avaliação das edificações, da infraestrutura e demais equipamentos existentes nas áreas e atividades de uso público que serão objeto da análise econômica como: áreas onde serão realizadas cobrança de ingressos e recepção de visitantes, áreas de lanchonetes e de lojas de souvenirs, estacionamentos, hospedagem de chalé, camping entre outros viáveis e exequíveis.

A partir da análise documental, deverão ser realizadas reuniões com a equipe do Parque para complementação de informações. O consultor deverá também incluir no objeto de estudo a atualização do EVE já elaborado para a concessão de espaços como pousada da sede Teresópolis, reajustando financeira e economicamente o EVE revisado pelo SEBRAE em 2015. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexo parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo. Deverá ser feita análise sobre o melhor arranjo a ser executado inclusive com a possibilidade de inclusão no contrato de concessão vigente.

**Produto Esperado das atividades 1 e 2: Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo, devidamente aprovado pelo contratante.**

### **Atividade 3 - Análise de viabilidade econômico-financeira:**

Concluídas as fases de diagnósticos e levantamento de informações; e compreendida a situação atual e as possibilidades de implementação de atrativos para o PNSO, deve-se, então, realizar análises de cenários futuros, conjugando as potencialidades, investimentos, e viabilidade das atividades e serviços em questão. Como complemento dessa análise, o estudo deverá identificar eventuais adequações necessárias no Plano de Manejo da UC, para viabilizar as delegações propostas.

A partir dos serviços identificados nas fases de inventário de informações e levantamento de campo, a consultoria deverá elaborar arranjos de delegação desses serviços em cenários distintos com possibilidades de implementação em lotes agregados ou não, visando a subsidiar a tomada de decisão institucional quanto ao melhor modelo a ser adotado. O estudo deverá identificar alternativas de investimentos sob a ótica econômica, que permitam a exploração, identificando a remuneração dos capitais investidos sob diferentes cenários, que será definida conforme a complexidade de operação, montante de investimentos necessários e tempo de retorno do investimento realizado. É de fundamental importância, nesta fase dos estudos, a caracterização do cenário potencial de usuários, ou seja, além da projeção do número de usuários futuros, decorrente do crescimento normal, há de se avaliar o crescimento induzido e desviado, correspondentes ao volume de visitantes que serão atraídos em função dos novos empreendimentos que serão implantados.

**Produto esperado da atividade 3: Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNSO, devidamente aprovado pelo contratante.**

#### Atividade 4- Modelagem de Negócio:

O trabalho deverá utilizar metodologias de análise consideradas pelas ciências econômicas como instrumentos adequados para determinação da viabilidade econômica dos empreendimentos em questão. Além destes instrumentos, o estudo deverá apresentar a projeção de receitas, despesas e investimentos complementarmente os índices anuais previstos de lucratividade do empreendimento, como Taxa Interna de Retorno (TIR), Taxa Mínima de Atratividade (TMA), Valor Presente Líquido (VPL). Outras informações que deverão constar das análises são: tempo de retomo do capital (*payback time*) e análise de custo-benefício dos empreendimentos. Deverá apresentar 03 (três) cenários futuros com base em estimativas de visitação ao longo do período definido para a exploração dos serviços que serão objeto de concessão.

A consultoria deverá participar de, pelo menos, três reuniões para discussão de resultados: a primeira, para apresentação de versão preliminar do estudo de viabilidade para avaliação prévia do produto e a segunda e terceira, anteriores à entrega do produto final, todas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. O documento preliminar para discussão nas reuniões deverá ser encaminhado com uma semana de antecedência das reuniões previstas, contendo todos os dados e informações utilizados. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

#### Produto esperado da atividade 4: Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNSO.

##### 9.2 Forma de apresentação:

- Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.
- A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.
- Todos os produtos deverão ser entregues de forma preliminar para análise e aceite da equipe técnica do ICMBio (PNSO e CGEUP). O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme apontamentos e entregar a versão final.
- Os produtos finais deverão ser elaborados em documento formato doc e .xls compatível com Microsoft Word ou Excel, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais.

##### 9.3 Direitos autorais e de propriedade intelectual

- A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento, contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação da consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação.

**9.4. Cronograma e produtos:** A entrega dos produtos da consultoria técnica contratada deverá ocorrer conforme prazos estipulados abaixo, sendo que o último produto será entregue no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias. Portanto, o responsável técnico deverá organizar suas estratégias de trabalho, de forma a garantir que os serviços sejam executados e todos os produtos finais sejam entregues, conforme cronograma e itens a seguir.

Todos os produtos entregues deverão ser formalmente aprovados pelo contratante para o pagamento e continuidade na execução da consultoria.

PRODUTO	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1. Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo, elaborado e aprovado.	25%	35 dias após aprovação do plano de trabalho.
Produto 2. Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNSO, elaborado e aprovado.	35%	60 dias após a aprovação do Produto 1.

Produto 3. Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNSO, elaborado e aprovado.	40%	40 dias após a aprovação do Produto 2.
<b>OBS:</b> Os custos ocorrerão por conta do contratado bem como a remuneração de todos os serviços prestados serão responsabilidade de sua consultoria, incluindo todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.		
Os prazos para pagamento e aprovação dos produtos incluem o prazo de análise da equipe técnica do Parque / ICMBio.		
<b>PERFIL DO PROFISSIONAL</b>		
<b>10. Modalidade a ser Contratado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Produto	
<b>11. Período da Contratação</b> (05 meses - 150 dias)		
<b>OBS:</b> O período do contrato foi composto pelos períodos de análise e aprovação dos produtos por parte da equipe técnica do Parque/ICMBIO e entrega dos produtos previstos.		
<b>12. Valor do Contrato:</b> De acordo com a portaria nº 162 de 12/05/2011-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.	Total do Contrato: R\$	
<b>13. Nº de Vaga(s):</b>	01	
<b>14. Nível de Escolaridade Desejado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
<b>15. Formação(ões) Acadêmica(s):</b> O profissional deve ter formação em economia ou áreas correlatas.		
<b>16. Especializações/Cursos:</b> Gestão Ambiental, Administração, Análise e Planejamento Financeiro.		
<b>17. Experiência Profissional:</b> Experiência profissional desejada em elaboração de estudos de viabilidade econômica, preferencialmente em empreendimentos turísticos.		
<b>18. Tempo de Experiência Profissional:</b> Experiência comprovada de, no mínimo, 03 anos.		
<b>19. Localidade de Realização do Trabalho:</b> Parque Nacional da Serra dos Órgãos/RJ		
<b>20. Disponibilidade para Viagens:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>21. Conhecimentos em Informática:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>22. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>23. Conhecimento em língua inglesa:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>24. Capacidade de redação clara e concisa em português.</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<b>25. Insumos Previstos:</b> Apoio logístico para as atividades de campo no interior do PNSO e documentos e dados solicitados sobre a Unidade.		

## CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL – VAGA 111

### - MODALIDADE PRODUTO –

#### 1. FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 1.0)

Pontuação máxima 10 pontos

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Formação acadêmica <b>não atende</b> ao perfil profissional solicitado no Edital.	Eliminado
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	4
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e possui especialização e/ou mestrado na área de conhecimento do produto.	6

## 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 2.0)

Pontuação máxima 20 pontos

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme o Termo de Referência.	1 ponto por atividade	5
Atividades específicas ao objeto de contratação, conforme o Termo de Referência.	1 ponto por atividade	5

## 3. VALIAÇÃO DE TRABALHOS ANTERIORES (Peso 1,0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Deverá ser enviado, quando solicitado, portfólio de trabalhos realizados anteriormente pelo candidato (deverá ser enviado juntamente ao currículo).	10

## 4. ENTREVISTA (Peso 2,0)

Pontuação máxima 60 pontos

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Avaliação dos conhecimentos sobre metodologias para elaboração de estudos de viabilidade econômico-financeira.	20
Avaliação da experiência e capacidade de articulação com diferentes atores envolvidos no processo.	10
Quantas consultorias o candidato está realizando?  OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas.	A partir de 02 consultorias simultâneas o candidato perderá 5 pontos por consultoria; com 03 ou mais consultorias será eliminado

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 112**

**2. Setor Responsável:** CONCES/CGUP      **3. Diretoria:** DIMAN/ICMBio

**4. Função do Profissional a ser Contratado(a):** Técnico Especializado

**5 – Contexto:** Os Parques Nacionais são áreas de domínio público, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) quanto ao cumprimento de suas finalidades. Dentre suas missões institucionais, uma das mais importantes é oferecer aos brasileiros e também aos visitantes estrangeiros oportunidades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação às unidades de conservação é uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza. Isso se baseia no princípio de que quem conhece as belezas naturais protegidas nas unidades de conservação federais é mais um potencial aliado na proteção do patrimônio natural brasileiro. Nesse contexto e tendo em vista a necessidade de investimentos para o manejo e a gestão adequada dos Parques Nacionais, a delegação de determinados serviços, nos seus diversos arranjos, sobretudo aqueles relacionados às atividades de apoio à visitação como transporte, venda de ingresso, venda de artigos de “souvenires”, artesanato, alimentação, hospedagem, entre outros, parece ser uma estratégia viável e sustentável como alternativa ao atual modelo totalmente dependente do orçamento federal.

**6 – Justificativa:** A delegação de uso privativo de bens públicos para realização de serviços e atividades de apoio à visitação em Parques Nacionais brasileiros tem por objetivo principal diversificar a oferta de possibilidades para os visitantes, qualificando sua experiência de visitação. Além disso, visa a adequar os padrões de uso das UC à luz das regras e normas da administração federal, de forma a viabilizar o cumprimento da sua finalidade básica de preservação dos ecossistemas naturais, buscando, em paralelo, o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do País, por meio de seu potencial para uso público. Ao mesmo tempo, reconhece as mudanças dos valores sociais relacionados ao meio ambiente nas últimas décadas, refletidas de modo marcante nas formas de lazer e viagens voltadas para atividades que têm a natureza como cenário e objetivo, promovendo a renovação e a melhoria da infraestrutura de atendimento ao ecoturismo. Para que se possam buscar alternativas de investimento por meio de parcerias com a iniciativa privada, seja por meio de concessão, permissão, gestão compartilhada entre outras formas de delegação de serviços, é necessário ou, pelo menos recomendável, um estudo da viabilidade econômico-financeira (EVEF), mas também abordando os aspectos sociais relacionados à geração de emprego e renda advindos das atividades potenciais avaliadas pelo estudo. Para profissionalizar o atendimento aos visitantes, conforme já salientado, se prevê a delegação à iniciativa privada de uma série de serviços de apoio à visitação, tais como: de cobrança de ingressos e recepção de visitantes; de transporte interno; de alimentação; de venda de souvenirs, artefatos e objetos afins aos objetivos de visitação, as estruturas de apoio à visitação, ligadas a esportes de aventura e à contemplação (canionismo e observação de fauna), incluindo equipamentos de montanha; de venda de livros técnicos sobre temas como geologia, biologia, meio ambiente, fotografia, manuais de identificação de fauna e flora, entre outros; de estacionamento; de hospedagem, incluindo pousada, camping, abrigos em geral; e outros serviços identificados no estudo ou a serem identificados futuramente.

Neste sentido é importante salientar que os Parques Nacionais de Aparados da Serra (PNAS) e da Serra Geral (PNSG) recebem atualmente, aproximadamente 200.000 visitantes por ano, número muito aquém do seu potencial e do contexto em que está inserido. Os Parques abrangem os municípios de Cambará do Sul – RS, Praia Grande – SC e Jacinto Machado – SC, que já possuem receptivos para atender a demanda atual, porém almejam o aumento do turismo na região. A partir deste cenário e considerando a estrutura já existente na UC, é possível afirmar que os Parques possuem um grande potencial para ampliar a sua demanda, caso seja realizada uma promoção efetiva da unidade de conservação, considerando que estas UC ainda são pouco conhecidas pelos turistas de regiões mais populosas do país, como a região sudeste. Nesta proposta, pretende-se subsidiar um futuro contrato de concessão de uso público ou outros arranjos a serem identificados com uma ou mais empresas privadas capazes de propiciar aos visitantes todos os serviços necessários a uma boa experiência de visitação, pautada na qualidade e na responsabilidade ambiental. Espera-se a diversificação das atividades existentes e o aumento das possibilidades de arrecadação de recursos acessórios com os visitantes,

gerando lucro ao privado, mas, ao mesmo tempo, reduzindo custos e desgastes desnecessários ao poder público, que passará a focar sua atuação na sua atividade-fim, de promoção da conservação ambiental.

Em função disso e considerando os Parques Nacionais de Aparados da Serra (PNAS) e da Serra Geral (PNSG) como UC de grande potencial de desenvolvimento, com vários atrativos e locais com paisagens impressionantes, para cumprir as etapas necessárias a um futuro processo de delegação de serviço, o EVEF é essencial. Para estimar custos e receitas dos serviços ainda não oferecidos ao público, é imprescindível, portanto, a elaboração desse estudo, como requisito legal previsto no Decreto 4.340/2002.

Neste sentido e visando a realização de procedimento licitatório, a consultoria deve apresentar o estudo de viabilidade econômico-financeira para a delegação de serviços de apoio à visitação expostos acima, entre outros exequíveis e identificados nos dois Parques Nacionais, objeto do Resultado 5 do Projeto PNUD BRA/08/023.

**7 – Caracterização da Área:** Junto à porção mais oriental da divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na região sul do Brasil, situam-se os Parques Nacionais da Serra Geral e de Aparados da Serra, abrangendo uma área de aproximadamente 30.360 ha, distribuída ao longo dos contrafortes da região natural comumente denominada de Aparados da Serra, inserida na Formação Geológica Serra Geral – daí a origem do nome dessas importantes unidades de conservação. O relevo e os aspectos naturais característicos da região refletem uma série de atributos cênicos, histórico-culturais e de biodiversidade que justificam plenamente a sua conservação e o manejo sustentável de seus recursos. Destaca-se nesse cenário regional uma conformação geográfica bastante particular, caracterizada principalmente por paredões verticais de até 700 m de altura em transição abrupta com o relevo suave ondulado do planalto, como se esse tivesse sido “aparado” a faca. Essa particularidade é responsável pela heterogeneidade de ecossistemas e pelo potencial turístico de ambos os parques, tanto por parte dos brasileiros, mas também pelos visitantes estrangeiros, sobretudo os sulamericanos, interessados pelos famosos e impressionantes cânions localizados no interior de seus limites territoriais. A administração das Unidades de Conservação (UC) cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), com plano de manejo aprovado pela Portaria IBAMA nº 46, de 28 de abril de 2004, e [conselho gestor](#), criado por Portaria IBAMA Nº 26 de 21 de maio de 2003 e que teve sua composição renovada pela Portaria ICMbio nº 33, de 02 de março de 2012. Sua administração é unificada com o Parque Nacional da Serra Geral (PNSG), sendo que o plano de manejo é conjunto e a equipe gestora é uma só. Embora existam dois conselhos consultivos, as reuniões são conjuntas e os seus membros são os mesmos. A renovação do conselho consultivo do PNSG aconteceu através da Portaria ICMbio nº 115, de 26 de dezembro de 2011.

São as seguintes as principais atividades de recreação e educação ambiental atuais e previstas:

1. Bicicleta nas trilhas de planalto;
2. Caminhadas;
3. Banho de rio (Trilha do Rio do Boi, piscinas do Malacara e Tigre Preto);
4. Recreação em contato com a natureza
5. Eventos voltados à educação ambiental;
6. Contemplação, fotografia ou arte;
7. Observação de fauna e, entre outras;
8. Piquenique nas áreas permitidas.

## **PARNA APARADOS DA SERRA**

O Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) foi criado através do Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, com uma área estimada de 13.000 ha (130 km<sup>2</sup>), somente em terras do planalto gaúcho. Inicialmente foi decretado como área de preservação pelo governo gaúcho, em 1957, sendo que devemos ao Padre Balduino Rambo a existência da área protegida. Foi ampliado para o território catarinense em 17 de março de 1972 através do Decreto nº 70.296. Mesmo se tratando de uma ampliação, a área citada no decreto é aproximada, com um total de 10.250 ha (102 km<sup>2</sup>). Formado por Mata Atlântica e Floresta de Araucária, campos e penhascos, que são moradas de papagaios-de-peito-roxo, jaguatirica, guaxinim e leão-baio.

São três as trilhas abertas atualmente ao público, sendo a trilha do Vértice e a do Cotovelo as principais atrações. A Trilha do Rio do Boi é o acesso ao interior do cânion. A entrada é pelo Posto de Informação e Controle do Rio do Boi, que fica no município de Praia Grande/SC.

O maior atrativo do Parque é o Cânion Itaimbezinho. Com profundidade de até 700m, paredões verticais e fenda estreita, é um dos maiores das Américas. Além disso, tem as paredes rochosas ornadas pelo verde exuberante da Mata Atlântica.

O PNAS tem como Visão: "Ser um Parque capaz de conservar seus principais atributos de biodiversidade e cênicos, para além de seus limites, abrangendo os ambientes dos Aparados da Serra Geral. E como estratégia: "Conservar os principais atributos de biodiversidade e cênicos do Parque e da região dos Aparados da Serra Geral, através da indução de processos socioeconômicos amigáveis e compatíveis com os objetivos da Unidade, em seu entorno e nos Corredores Ecológicos."

## **PARNA SERRA GERAL**

O Parque Nacional da Serra Geral (PNSG) foi criado pelo Decreto nº 531, de 20 de maio de 1992, com área de 17.300 ha. Seu maior atrativo é o Cânion Fortaleza, com profundidade de até 900 metros, paredões mais cobertos de vegetação, bem como uma fenda larga e sem as curvas em comparação com o Itaimbezinho. São cinco as trilhas abertas atualmente ao público, sendo as trilhas do Mirante e da Pedra do Segredo as mais percorridas, e interligando ambas a trilha da Borda Sul. A trilha das Piscinas do Malacara e do Tigre Preto são respectivamente os acessos ao interior do cânions Malacara e Fortaleza. A entrada se dá nos Municípios de Praia Grande e Jacinto Machado/SC e, atualmente não há estrutura instalada para controle de acesso, sendo este sendo realizado por guias credenciados junto à administração dos Parques (PNAS, PNSG).

### **8 - Objetivo da contratação:**

Elaboração de um Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira para a delegação de serviços de apoio à visitação que abranja no Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e Parque Nacional da Serra Geral (PNSG).

### **9 – Descrição das atividades:**

Elaborar plano de trabalho, no máximo em até 15 dias após a assinatura do Contrato, contendo o esboço do serviço a ser prestado (produtos previstos) de forma detalhada, informando as metodologias a serem utilizadas ao longo do trabalho, incluindo detalhamento do cronograma físico. Apesar de constituir atividade obrigatória, o plano de trabalho não será passível de pagamento.

#### **9.1-Detalhamento das atividades:**

Deverão ser realizadas três reuniões entre as partes sendo duas presenciais e uma à distância: a primeira, presencial para alinhamento de expectativas; a segunda, reunião de meio termo à distância para apresentação de resultados preliminares; a terceira para apresentação final dos resultados.

As reuniões serão localizadas em Brasília ou nas UC, conforme indicado pela CGEUP.

Os trabalhos deverão ser realizados nas seguintes etapas:

#### **ETAPA 1- Inventário de informações:**

O responsável pelos estudos deverá consultar o Plano de Manejo do PNAS e do PNSG para verificação dos serviços de apoio à visitação previstos para delegação a operadores privados, bem como dos atrativos que serão abertos ao público. Deverá consultar os seguintes documentos: i) “Cadeia Produtiva em Parques Nacionais e Entorno – PARNA Aparados da Serra 2011”, elaborado por VB Marketing e Negócios Ltda. Fev/2011. 122p; ii) “Diagnóstico da Oferta Turística do Parque Nacional de Aparados da Serra e Entorno”, Ciclus Consultoria Ltda. Março/2011, 106p.; e “ iii) “Matriz de Oportunidades 2017 para os Parques Nacionais de Aparado da Serra e da Serra Geral”, gerada pela Câmara Técnica de Fomento ao Turismo nos Parques Nacionais e Entorno / Conselho Consultivo dos PNAS e PNSG. Após a leitura inicial do plano de manejo e dos demais documentos aqui citados, a consultoria deverá solicitar à equipe do PNAS e do PNSG os dados adicionais necessários à execução do trabalho e propor datas para a realização de uma reunião na sede dos PARNAS, antes do levantamento de campo e repasse de documentos pelo ICMBio e acertos finais acerca do objeto da pesquisa. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

#### **ETAPA 2- Levantamento de campo:**

Após o conhecimento dos documentos existentes e da identificação das necessidades complementares de informações pertinentes ao trabalho proposto pela consultoria, deverão ser realizadas visitas técnicas de inspeção à unidade. Essas visitas servirão para a realização de entrevistas com os principais atores e lideranças que exercem influência nas Unidades de Conservação – UC – e para avaliação das edificações, da infraestrutura e demais equipamentos existentes nas áreas e atividades de uso público que serão objeto da análise econômica como: áreas onde serão realizadas a cobrança de ingressos e a recepção de visitantes, áreas para lanchonetes e lojas de souvenirs, quiosques, mirantes, transporte interno e externo (aeroporto- Cambará do Sul, além dos aeroportos de Florianópolis, de Porto Alegre e de Caxias do Sul, este com ponte aérea para SP, está em andamento a localização do novo aeroporto de Caxias do Sul na região de Vila Oliva, que fica a meio caminho entre Caxias e Gramado, fora do eixo da BR116), estacionamentos, canionismo, rapel, vôo livre, ciclismo, pousada, camping, abrigos, teleférico, entre outros viáveis e exequíveis. A partir da análise documental, deverão ser realizadas reuniões com a equipe do PNAS e do PNSG para complementação de informações. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

#### **ETAPA 3- Avaliação do mercado turístico local:**

A análise conjunta das informações e diagnósticos, oriundos destas duas primeiras etapas de trabalho, deverá permitir: identificar o potencial turístico atualmente existente nas unidades; quantificar o turismo já praticado no interior do PNAS e no PNSG e na região de influência; identificar perfil dos visitantes dos Parques e suas motivações; definir estimativas e cenários de crescimento da demanda de visitação nos Parques. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos, sendo parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

#### **Produto Esperado das ETAPAS 1, 2 e 3:**

**Produto 1: Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo e do mercado turístico local, elaborado e aprovado**

#### **ETAPA 4- Análise de viabilidade econômico-financeira:**

Concluídas as fases de diagnósticos e levantamento de informações e compreendida a situação atual e as possibilidades de implementação de atrativos para o PNAS e o PNSG, deve-se, então, realizar análises de cenários futuros, conjugando as diversas possibilidades do trinômio: potencialidades, investimentos, e viabilidade dos empreendimentos em questão.

A partir dos serviços identificados nas fases de inventário de informações e levantamento de campo, a consultoria deverá elaborar arranjos de delegação desses serviços em pelo menos 3 (três) cenários distintos com possibilidades de implementação em lotes agregados ou não, visando a subsidiar a tomada de decisão institucional quanto ao melhor modelo a ser adotado. O estudo deverá identificar alternativas de investimentos sob a ótica econômica, que permita a exploração, identificando a remuneração dos capitais investidos sob diferentes cenários, que será definida conforme a complexidade de operação, montante de investimentos necessários e tempo de retorno do investimento realizado. É de fundamental importância nesta fase dos estudos a caracterização do cenário potencial de usuários, ou seja, além da projeção do número de usuários futuros, decorrente do crescimento normal, há de se avaliar o crescimento induzido e desviado, correspondentes ao volume de visitantes que serão atraídos em função dos novos empreendimentos que serão implantados.

#### **Produto Esperado da ETAPA 4:**

**Produto 2: Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNSC, elaborado e aprovado**

#### **ETAPA 5- EVEF:**

O trabalho deverá utilizar metodologias de análise consideradas pelas ciências econômicas como instrumentos adequados para determinação da viabilidade econômica dos empreendimentos em questão. Além destes instrumentos, o estudo deverá apresentar a projeção de receitas, despesas e investimentos complementarmente os índices anuais previstos de lucratividade do empreendimento, como Taxa Interna de Retorno (TIR), Taxa Mínima de Atratividade (TMA), Valor Presente Líquido (VPL). Outras informações que deverão constar das análises são: tempo de retorno do capital (payback time) e análise de custo-benefício dos empreendimentos. O estudo, deverá apresentar 03 (três) cenários futuros com base em estimativas de incremento anual de visitação ao longo do período definido para a exploração dos serviços que serão focos de concessão. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos, sendo parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

#### **ETAPA -6: Reunião de Validação:**

Participação em duas reuniões para discussão de resultados: a primeira, para apresentação de versão preliminar do estudo para avaliação das UC (PNAS e do PNSG) e da CGEUP/DIMAN; a segunda, anterior à entrega do produto, ambas em Brasília/DF ou na sede das UC, a definir. O documento preliminar para discussão nas reuniões deverá ser encaminhado com uma semana de antecedência das reuniões previstas, contendo todos os dados e informações utilizados. Deverão ser disponibilizados como anexos parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

#### **Produto Esperado das ETAPAS 5 e 6:**

**Produto 3: Relatório final do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNAS e PNSG.**

#### **9.2- Forma de apresentação:**

1. Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.
2. A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.
3. Todos os produtos deverão ser entregues de forma preliminar para análise e aceite da equipe técnica do ICMBio (PNAS, PNSG e CGEUP). O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme apontamentos e entregar a versão final.
4. Os produtos finais deverão ser elaborados em documento formato doc e .xls compatível com Microsoft Word ou Excel, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e via digital.

**9.3- Direitos autorais e de propriedade intelectual:**

- a. A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.
- b. Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- c. Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação.

**9.4 – Cronograma e produtos:**

A entrega dos produtos da consultoria contratada deverá ocorrer conforme prazos estipulados abaixo, sendo que o último produto será entregue no prazo máximo de 90 (noventa) dias. Portanto, o responsável técnico deverá organizar suas estratégias de trabalho, de forma a garantir que os serviços sejam executados e todos os produtos finais sejam entregues, conforme cronograma e itens a seguir:

**PRODUTOS**

<b>Produto 1.</b> Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo e do mercado turístico local, devidamente aprovado pelo contratante;	25%	20 dias após aprovação do plano de trabalho
<b>Produto 2.</b> Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNAS e PNSG, devidamente aprovado pelo contratante;	30%	30 dias após a aprovação do Produto 1
<b>Produto 3.</b> Relatório final do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNAS e PNSG, devidamente aprovado pelo contratante.	35%	30 dias após a aprovação do Produto 2

**OBS:** Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

<b>10. Modalidade a ser Contratado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Produto		
<b>11. Período da Contratação (03 meses)</b>			
<b>12. Valor do Contrato:</b> De acordo com a portaria nº 162 de 12/05/2011-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.	Total do Contrato: R\$		
<b>13. Nº de Vaga(s):</b>	01		
<b>14. Nível de Escolaridade Desejado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
<b>15. Formação(ões) Acadêmica(s):</b> O profissional deve ter nível superior em Biologia, Engenharia Florestal, Economia ou áreas afins.			
<b>16. Especializações/Cursos:</b> Gestão Ambiental, Administração, Análise e Planejamento Financeiro.			
<b>17. Experiência Profissional:</b> Experiência profissional desejada em elaboração de estudos de viabilidade econômica, preferencialmente em empreendimentos turísticos.			
<b>18. Tempo de Experiência Profissional:</b> Experiência comprovada de, no mínimo, 03 anos			

<b>19. Localidade de Realização do Trabalho:</b> PNAS, PNSG e ICMBio Sede.		
<b>20. Disponibilidade para Viagens:</b>	(X) Sim	( ) Não
<b>21. Conhecimentos em Informática:</b>	(X) Sim	( ) Não
<b>22. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:</b>	(X) Sim	( ) Não
<b>23. Conhecimento em língua inglesa:</b>	(X) Sim	( ) Não
<b>24. Capacidade de redação clara e concisa em português.</b>	(X) Sim	( ) Não

**CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL – VAGA 112**

**- MODALIDADE PRODUTO –**

- **FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 1.0)**  
Pontuação máxima 10 pontos

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Formação acadêmica <b>não atende</b> ao perfil profissional solicitado no Edital.	Eliminado
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	4
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e possui especialização e/ou mestrado na área de conhecimento do produto.	6

- **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 2.0)**  
Pontuação máxima 20 pontos

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme Edital.	1 ponto por atividade	5
Atividades específicas ao objeto de contratação, conforme Edital	1 ponto por atividade	5

- **AVALIAÇÃO DE TRABALHOS ANTERIORES (Peso 1,0)**

Deverá ser enviado, quando solicitado, portfólio de trabalhos realizados anteriormente pelo candidato (deverá ser enviado juntamente ao currículo).	10
---	----

- **ENTREVISTA (Peso 2,0)**  
**Pontuação máxima 60 pontos**

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Avaliação dos conhecimentos sobre metodologias para elaboração de estudos de viabilidade econômico-financeira	20
Avaliação da experiência e capacidade de articulação com diferentes atores envolvidos no processo.	10
<p>Quantas consultorias o candidato está realizando?</p> <p>OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas.</p>	<p>A partir de 02 consultorias simultâneas o candidato perderá 5 pontos por consultoria; com 03 ou mais consultorias será eliminado</p>

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 113

2. Setor Responsável: CONCES/CGUP 3. Diretoria: DIMAN/ICMBio

4. Função do Profissional a ser Contratado(a): Técnico Especializado

5 – **Contexto:** Os Parques Nacionais são áreas de domínio público, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) quanto ao cumprimento de suas finalidades. Além de sua função precípua de manejo e conservação da biodiversidade, essas unidades de conservação (UC) podem propiciar oportunidades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação às unidades de conservação é uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza. Quem conhece as belezas naturais protegidas nas unidades de conservação federais é mais um potencial aliado na proteção do patrimônio natural brasileiro.

6 – **Justificativa:** A delegação de uso privativo de bens públicos para realização de serviços e atividades de apoio à visitação em Parques Nacionais brasileiros tem por objetivo principal diversificar a oferta de possibilidades para os visitantes, qualificando sua experiência de visitação. Além disso, visa adequar os padrões de uso das UC à luz das regras e normas da administração federal, de forma a viabilizar o cumprimento da sua finalidade básica de preservação dos ecossistemas naturais, buscando, em paralelo, o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do país, através de seu potencial para uso público. Ao mesmo tempo, reconhece as mudanças dos valores sociais relacionados ao meio ambiente nas últimas décadas, refletidas de modo marcante nas formas de lazer e viagens voltadas para atividades que têm a natureza como cenário e objetivo, provendo a renovação e a melhoria da infraestrutura de atendimento ao ecoturismo.

7 – **Caracterização da Área** Primeiro Parque Nacional do Brasil, o Itatiaia, foi criado em 14 de junho de 1937, pelo então Presidente, Getúlio Vargas. Situado na serra da Mantiqueira, na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ocupa porções dos municípios de Resende e Itatiaia no estado do Rio de Janeiro e Itamonte e Bocaina de Minas, no estado de Minas Gerais. O Parque Nacional do Itatiaia (PNI) estende-se por cerca de 28.000 hectares, apresentando um relevo acidentado com um gradiente que vai de 600 a 2790 metros de altitude. O PNI se divide em 3 setores: Parte Alta - área montanhosa de campos de altitude entre Rio de Janeiro e Minas Gerais - Parte Baixa - área de Mata Atlântica no Vale do Paraíba - e Visconde de Mauá - área montanhosa de Mata Atlântica no vale do rio Preto e alto rio Grande. O conjunto do Parque Nacional do Itatiaia oferece aos visitantes a possibilidade de realizar caminhadas, escaladas, banhos de cachoeira, observação de natureza (principalmente de aves e borboletas), trilhas, camping e hospedagem em abrigos de montanha, durante todos os dias do ano, entre 8h e 17h, na parte baixa e a partir da 7h na parte alta. O Parque Nacional do Itatiaia recebeu mais de 125.000 visitantes/ano nos últimos 2 anos, incluindo turistas, estudantes de todas as idades, pesquisadores e alunos de cursos e treinamentos diversos realizados nas dependências da Unidade. Entre 2011 e 2016 este parque teve um crescimento de 66% na visitação, com uma meta futura de crescimento sustentável de 10% ao ano. Possui plano de manejo atualizado, publicado no ano de 2014, que prevê delegação de serviços para várias atividades.

Atrativos abertos ao uso público na Parte Baixa do PNI:

- Mirante do último Adeus;
- Escalada no Último Adeus;
- Complexo da Sede (Pedra de Fundação, Relógio de Sol, Estufa, Casa de Palmito, Deck suspenso, Sede da Fazenda Montserrat, Casa dos Seixos, Auditório do Ecoartes);
- Trilha das Borboletas;
- Centro de visitantes;
- Lago Azul;
- Quiosques;
- Cachoeira Poranga;
- Trilha dos Três Picos;
- Complexo Maromba (Cachoeira Véu de Noiva, Cachoeira Itaporani, Piscina do Maromba);
- Abrigo Água Branca.

Atrativos abertos ao uso público em Visconde de Mauá:

- Cachoeira do Escorrega;
- Cachoeira da Santa Clara;
- Cachoeira dos Macacos;

Atrativos abertos ao uso público na Parte Alta:

- Casa de Pedra;
- Brejo da Lapa;
- Pedra do Camelo;

- Morro da Antena;
- Morro do Couto;
- Circuito Couto-Prateleiras;
- Circuito 5 Lagos;
- Nascente do rio Campo Belo;
- Abrigo Rebouças;
- Camping do Planalto;
- Cachoeira das Flores;
- Maciço das Prateleiras;
- Pedras da Maça/Tartaruga;
- Pedra Assentada;
- Abrigo Massena;
- Maciço das Agulhas Negras;
- Asa de Hermes;
- Pedra do Altar;
- Cachoeira do Aiuruoca;
- Ovos de Galinha;
- Pedra do Sino;

**Travessias aberta ao uso público (trilhas com pernoite):**

- Travessia Ruy Braga (Parte Alta – Parte Baixa)
- Travessia Serra Negra (Parte Alta – Cachoeira da Santa Clara)
- Travessia Rancho Caído (Parte Alta – Cachoeira do Escorrega)

**Áreas e infra-estrutura adquiridas no processo de consolidação territorial:**

- Hotel Simon;
- Sítio Walhalla;
- Chalé Alpino do Maromba;
- Sítio das Acácias;
- Recanto do Guerreiro;
- Sobrado Triplex – Lote 90;
- Sítio do Portão;
- Casa de Pedra Colonial;
- Sítio do Escorrega;
- Solar Repouso;

**Atividades de uso público previstas no Plano de Manejo possíveis de serem alvo de delegação de serviços:**

- Atividade de arvorismo e de tirolesa, em locais a serem avaliados quanto à viabilidade;
- Loja de souvenirs e livraria especializada no CV, para venda de livros, livretos, manuais, guias e mídias, especialmente com informação do PNI, bem como de outras UC, de meio ambiente em geral e de cultura;
- Serviço de alimentação em geral;
- Hospedagem;
- Transporte interno;
- Cobrança de ingresso;
- Estacionamento.

Considerando todos os atrativos e atividades efetivos e potenciais, somados às infra-estruturas e áreas adquiridas no contexto dos processos de consolidação territorial, balizado pelas possibilidades de delegação de serviços apresentados no plano de manejo da unidade, a gestão do PNI vislumbra as seguintes possibilidades de negócios:

- **Parte Alta:** 1.Cobrança de ingressos, 2.camping, 3.abrigos, 4.alimentação, 5.transporte, 6.Venda de souvenirs; 7.estacionamento;
- **Parte Baixa:** 1.Cobrança de ingressos, 2.transporte, 3.abrigos, 4.camping, 5.rede de hospedagem, 6.complexo turístico, 7.restaurante, 8.trilhas suspensas, 9.Venda de souvenirs.
- **Visconde de Mauá:**1.Cobrança de ingresso, 2.Camping, 3.Aluguel de bicicletas, 4.transporte, 5.estacionamento, 6.Venda de souvenirs; 7.Centro de visitantes, 8.Chalé, 9. Trilhas suspensas.

**Parte Alta:**

1. Cobrança de ingresso: Serviço e estrutura de cobrança de ingressos no Posto Marcão, podendo ser deslocada para o novo PIC da Garganta do Registro (Novo Portal de entrada da Parte Alta previsto no plano de manejo do PNI), estando ou não associada a cobrança de ingressos nos outros setores do PNI e a outros serviços propostos para Parte Alta;

**2. Camping:** Administração do novo camping da parte alta, a ser construído por Furnas, devido à obrigação desta empresa para com o PNI, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta com Ministério Público Federal. O negócio pode estar ou não atrelado a administração dos abrigos da Parte Alta ou outros serviços. A estrutura já possui projeto básico e o projeto executivo está em contratação.

**3. Abrigos:** Administração do Abrigo Rebouças, em conjunto ou não com novo camping da Parte Alta ou demais abrigos da travessia Ruy Braga (Abrigo Massena, Abrigo Macieira, Abrigo Lamego, Abrigo Água Branca). Importante haver a preservação das características de abrigo de montanha simples e coletivo com preços módicos, além da preservação das características da estrutura física.

**4. Alimentação:** Serviço de alimentação móvel, estilo foodtruck, nos arredores do Posto Marcão, uma vez que não há no local imóvel em condições de abrigar lanchonete ou similar. Podendo haver oferta descontinua do serviço, com prioridade para os finais de semana, feriados e todos os dias dos meses de junho, julho e agosto. Na oportunidade de delegação de serviço do novo camping da Parte Alta pode também haver a delegação de cantiga do camping ou ainda a previsão de subdelegação deste negócio no contrato de administração do camping.

**5. Transporte:** Serviço de transporte de visitantes da Garganta do Registro ao Posto Marcão (13 km de rodovia federal sem pavimentação) e/ou do Posto Marcão para Abrigo Rebouças (3 km de rodovia federal rústica), podendo haver oferta descontinua do serviço, com prioridade para os finais de semana, feriados e todos os dias dos meses de junho, julho e agosto. Importante prever a oportunidade de isenções de pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas. Deve estar previsto para utilização prioritária para veículos de médio porte, tipo Van.

**6. Venda de Souvenirs:** Serviço de venda de souvenirs diversos no Posto Marcão, associado ou não a outros serviços.

**7. Estacionamento:** Serviço de guarda de veículos nas proximidades do Posto Marcão ou Garganta do registro, possivelmente associado ao serviço de transporte. Importante prever a oportunidade de isenções do pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas.

#### **Parte Baixa:**

**1. Cobrança de ingresso:** Serviço e estrutura de cobrança de ingressos no Posto 1, (Portaria de entrada da Parte Baixa), estando ou não associada a cobrança de ingressos nos outros setores do PNI e a outros serviços propostos para Parte Baixa. Dependendo dos serviços associados será necessário a adaptação ou ampliação das estruturas existentes, podendo-se utilizar área do Sítio do Portão.

**2. Transporte:** Serviço de transporte de visitantes do Posto 1, passando pelo acesso de todos os atrativos até o Complexo maromba (5 km de rodovia federal pavimentada e 4 km de rodovia federal sem pavimentação), podendo haver oferta descontinua do serviço, com prioridade para finais de semana, feriados e todos os dias nos meses de janeiro, julho e dezembro. Importante prever a oportunidade de isenções de pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas. Deve estar previsto para utilização prioritária para veículos de médio porte, tipo Van.

**3. Abrigos:** Administração da rede de abrigos do PNI composto pelos Abrigos I, II, III e IV; Casa 21, Casa 12, Casa do Pesquisador e Casa do Pinheiral. O objetivo é hospedagem de pesquisadores, estudantes e locação para cursos, com provisão de isenção de pagamento para instituições públicas e entidades filantrópicas.

**4. Camping:** Construção, implantação e administração de camping na Parte Baixa. Esta opção é necessária e prevista do plano de manejo, mas ainda não tem área definida, podendo ser instalado no Sítio Walhalla.

**5. Rede de Hospedagem:** Serviço de hospedagem aproveitando uma diversidade de imóveis adquiridos na Parte Baixa do PNI com características de propriedades de lazer em contato com a natureza (Sítio Walhalla; Chalé Alpino do Maromba; Sítio das Acácias; Recanto do Guerreiro; Sobrado Triplex – Lote 90; Sítio do Portão; Casa de Pedra Colonial; Chalé do Sítio do Escorrega; Solar Repouso). Alguns destes imóveis pode ter uma destinação específica, por exemplo o Sítio Walhalla pode ter hospedagem no estilo de pousada associado a camping ou o Chalé Alpino do Maromba pode ter uma destinação associada a objetivos educacionais, culturais ou de pesquisa devido a sua localização e característica. As delegações deste item podem ser em conjunto, blocos ou individuais.

**6. Complexo turístico:** Serviço destinado a utilizar o espaço do Hotel Simon, que por se tratar de empreendimento com grande diversidade de infra-estruturas e com ocupação de área de grande extensão, comportaria uma ampla gama de possibilidades de negócios, tais como hotel, hotel-escola, Centro de convenções, Colônia de férias, Retiro espiritual, Centro de treinamentos em tema ambientais, Centro de treinamento em esportes na natureza, etc. Nesse item o estudo deverá ser mais abrangente, pois precisa apresentar qual das opções de negócio conciliaria melhor os objetivos de um Parque Nacional com a viabilidade econômica-financeira.

**7. Restaurante:** Serviço de alimentação com foco em refeições para consumo in loco instalado na Casa dos Seixos. Este serviço pode estar associado a outros com venda de souvenirs ou a outros pontos de venda de alimentação. Este serviço pode ser de oferta descontinua, com prioridade para funcionamento aos finais de semana, feriados e todos os dias durante os meses de janeiro, julho e dezembro.

**8. Trilhas suspensas:** Construção, implantação e administração de visitação em trilhas suspensas, ancoradas em troncos de árvores. As dimensões da estrutura dependem primeiramente da definição do local de instalação, que podem possuir características técnicas diversas. Assim, deve fazer parte do estudo a indicação de opções de locais para instalação da atividade. Uma das opções seria próximo ao Hotel Simon, o que pode induzir a uma associação com o negócio que lá se instalar.

**9. Venda de Souvenires:** Serviço de venda de souvenirs diversos no Centro de visitantes, restaurante, complexo turístico, posto de cobrança de ingresso, etc; associado ou não a outros serviços.

**Visconde de Mauá:**

**1. Cobrança de ingresso:** Serviço e construção de estrutura de cobrança de ingressos na Praça da Cachoeira do Escorrega, estando ou não associada a cobrança de ingressos nos outros setores do PNI e a outros serviços propostos para o setor Visconde de Mauá;

**2. Camping:** Construção, implantação e administração de camping no Sítio do Escorrega. O negócio pode estar ou não atrelado a administração de outros serviços. Esta estrutura já possui projeto executivo.

**3. Aluguel de bicicletas:** Serviço de aluguel de bicicletas para passeios guiados ou não, nas trilhas do sítio do escorrega e/ou até cachoeira da Santa Clara, podendo estar associado a outros serviços.

**4. Transporte:** Serviço de transporte de visitantes da vila de Maromba até sítio do Escorrega, associado às propostas previstas em projeto da Prefeitura Municipal. Importante prever a oportunidade de isenções do pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas. Deve estar previsto para utilização prioritária para veículos de médio porte, tipo Van.

**5. Estacionamento:** Serviço de guarda de veículos no sítio do Escorrega, possivelmente associado ao serviço de transporte. Importante prever a oportunidade de isenções do pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas.

**6. Venda de Souvenires:** Serviço de venda de souvenirs diversos na estrutura de cobrança de ingressos ou outra, associado ou não a outros serviços.

**7. Centro de visitantes:** Construção, implantação e administração de Centro de Visitantes no Sítio de escorrega associado a outros serviços. Já existe previsão no plano de manejo e projeto executivo.

**8. Chalé:** Serviço de hospedagem em Chalé de madeira na montanha que pode estar incluído na rede de hospedagem estruturada na Parte Baixa do PNI ou associada a outros serviços.

**9. Trilhas suspensas:** Construção, implantação e administração de visitação em trilhas suspensas, ancoradas em troncos de árvores. As dimensões da estrutura dependem primeiramente da definição do local de instalação, que podem possuir características técnicas diversas. Assim, deve fazer parte do estudo a indicação de opções de locais para instalação da atividade.

**8 - Objetivo da contratação:** Elaboração de Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira para a delegação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional do Itatiaia.

**9 – Descrição das atividades:**

Elaborar plano de trabalho, no máximo em até 15 dias após a assinatura do Contrato, contendo o esboço do serviço a ser prestado (produtos previstos) de forma detalhada, informando as metodologias a serem utilizadas ao longo do trabalho, incluindo detalhamento do cronograma físico. Apesar de constituir atividade obrigatória, o plano de trabalho não será passível de pagamento.

**9.1-Detalhamento:**

**a) Inventário de informações:** o responsável técnico pelos estudos deverá consultar o Plano de Manejo do PNI (2014) para verificação dos serviços de apoio à visitação previstos para delegação a operadores privados, bem como dos atrativos que serão abertos ao público. Após a leitura inicial do plano de manejo, a consultoria deverá solicitar à equipe do PNI os dados adicionais necessários para a execução do trabalho, onde deverão ser considerados os atrativos e atividades com previsão de implementação e investimentos planejados pelo PNI, e propor datas para a realização de uma reunião na sede do PNI antes do levantamento de campo e repasse de documentos pela UC e acertos finais acerca do objeto da pesquisa. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos e parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

**b) Levantamento de campo:** após o conhecimento dos documentos existentes e da identificação das necessidades complementares de informações pertinentes ao trabalho proposto pela consultoria, deverão ser realizadas visitas técnicas de inspeção à unidade. Essas visitas servirão para a realização de entrevistas com os principais atores e lideranças que exercem influência nas Unidades de Conservação – UC – e para avaliação das edificações, da infraestrutura e demais equipamentos existentes nas áreas e atividades de uso público que serão objeto da análise econômica como: áreas onde serão realizadas a cobrança de ingressos e a recepção de visitantes, áreas da lanchonete e da loja de souvenirs, quiosque, transporte interno, estacionamento, hospedagem, caminhada, *trekking*, cicloturismo, camping, trilha suspensa entre outros viáveis e exequíveis. A partir da análise documental, deverão ser realizadas reuniões com a equipe do PNI para complementação de informações. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos e parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

**c) Avaliação do mercado turístico local:** a análise conjunta das informações e diagnósticos, oriundos destas duas primeiras etapas de trabalho, deverá permitir: identificar o potencial turístico atualmente existente nas unidades; quantificar o turismo já praticado no interior do PNI e na região de influência; identificar perfil dos visitantes dos Parques e suas motivações; definir estimativas e cenários de crescimento da demanda de visitação nos Parques. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos e parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

**Produto esperado dos itens a, b e c:**

**Produto 1:** Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo e do mercado turístico local, devidamente aprovado pelo contratante

**d) Análise de viabilidade econômico-financeira:** concluídas as fases de diagnósticos e levantamento de informações; e compreendida a situação atual e as possibilidades de implementação de atrativos para o PNI, deve-se, então, realizar análises de cenários futuros, conjugando as diversas possibilidades do trinômio: potencialidades, investimentos e viabilidade dos empreendimentos em questão. Como complemento dessa análise, o estudo deverá identificar eventuais adequações pontuais necessárias no Plano de Manejo da UC, para viabilizar as delegações propostas.

A partir dos serviços identificados nas fases de inventário de informações e levantamento de campo, a consultoria deverá elaborar arranjos de delegação desses serviços em cenários distintos com possibilidades de implementação em lotes agregados ou não, visando a subsidiar a tomada de decisão institucional quanto ao melhor modelo a ser adotado. O estudo deverá identificar alternativas de investimentos sob a ótica econômica, que permitam a exploração, identificando a remuneração dos capitais investidos sob diferentes cenários, que será definida conforme a complexidade de operação, montante de investimentos necessários e tempo de retorno do investimento realizado. É de fundamental importância, nesta fase dos estudos, a caracterização do cenário potencial de usuários, ou seja, além da projeção do número de usuários futuros, decorrente do crescimento normal, há de se avaliar o crescimento induzido e desviado, correspondentes ao volume de visitantes que serão atraídos em função dos novos empreendimentos que serão implantados.

O trabalho deverá utilizar metodologias de análise consideradas pelas ciências econômicas como instrumentos adequados para determinação da viabilidade econômica dos empreendimentos em questão. Além destes instrumentos, o estudo deverá apresentar a projeção de receitas, despesas e investimentos complementarmente os índices anuais previstos de lucratividade do empreendimento, como Taxa Interna de Retorno (TIR), Taxa Mínima de Atratividade (TMA), Valor Presente Líquido (VPL). Outras informações que deverão constar das análises são: tempo de retorno do capital (*payback time*) e análise de custo-benefício dos empreendimentos, deverá apresentar 03 (três) cenários futuros com base em estimativas de incremento anual de visitação ao longo do período definido para a exploração dos serviços que serão focos de concessão. Todos os dados e informações utilizados deverão ser disponibilizados como anexos parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

**Produto esperado do item d:**

**Produto 2:** Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNI, devidamente aprovado pelo contratante.

**e) Participação em duas reuniões para discussão de resultados:** a primeira, para apresentação de versão preliminar do estudo para avaliação da UC – PNI e da CGEUP/DIMAN; a segunda, anterior à entrega do produto, ambas em Brasília/DF. O documento preliminar para discussão nas reuniões deverá ser encaminhado com uma semana de antecedência das reuniões previstas, contendo todos os dados e informações utilizados. Deverão ser disponibilizados como anexos e parte integrante dos relatórios parciais e finais do estudo.

**Produto esperado do item e:**

**Produto 3:** Relatório final do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNI, incluindo as propostas de adequações pontuais no Plano de Manejo, caso existam, devidamente aprovado pelo contratante.

**9.2-Forma de apresentação:**

- Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.
- A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.

- Todos os produtos deverão ser entregues de forma preliminar para análise e aceite da equipe técnica do ICMBio (PNI e CGEUP). O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme apontamentos e entregar a versão final.
- Os produtos finais deverão ser elaborados em documento formato doc e .xls compatível com Microsoft Word ou Excel, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

### 9.3-Direitos autorais e de propriedade intelectual:

- A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação.

**9.4 – Cronograma e produtos:** A entrega dos produtos da consultoria técnica contratada deverá ocorrer conforme prazos estipulados abaixo, sendo que o último produto será entregue no prazo máximo de 90 (noventa) dias. Portanto, o responsável técnico deverá organizar suas estratégias de trabalho, de forma a garantir que os serviços sejam executados e todos os produtos finais sejam entregues, conforme cronograma e itens a seguir.

PRODUTO	VALOR	DATA PREVISTA
<b>Produto 01.</b> Relatório do inventário de informações, do levantamento de campo e do mercado turístico local, devidamente aprovado pelo contratante;	25%	20 dias após aprovação do plano de trabalho
<b>Produto 02.</b> Versão preliminar da Análise de Viabilidade Econômico-Financeira dos serviços no PNI, devidamente aprovado pelo contratante;	35%	30 dias após a finalização do Produto 2
<b>Produto 03.</b> Relatório final do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do PNI, incluindo as propostas de adequações pontuais no Plano de Manejo, caso existam, devidamente aprovado pelo contratante.	40%	30 dias após a finalização do Produto 3

**OBS:** Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

### PERFIL DO PROFISSIONAL

<b>10. Modalidade a ser Contratado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Produto		
<b>11. Período da Contratação (03 meses.90 dias)</b>			
<b>12. Valor do Contrato:</b> De acordo com a portaria nº 162 de 12/05/2011-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.	Total do Contrato: R\$		
<b>13. Nº de Vaga(s):</b>	01		
<b>14. Nível de Escolaridade Desejado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
<b>15. Formação(ões) Acadêmica(s):</b> O profissional deve ter mestrado em economia e/ou áreas afins.			
<b>16. Especializações/Cursos:</b> <b>Gestão Ambiental, Administração, Análise e Planejamento Financeiro.</b>			
<b>17. Experiência Profissional:</b> Experiência profissional desejada em elaboração de estudos de viabilidade econômica, preferencialmente em empreendimentos turísticos.			
<b>18. Tempo de Experiência Profissional:</b> Experiência comprovada de, no mínimo, 05 anos			
<b>19. Localidade de Realização do Trabalho:</b> Parque Nacional do Itatiaia- RJ/MG.			
<b>20. Disponibilidade para Viagens:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>21. Conhecimentos em Informática:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>22. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>23. Conhecimento em língua inglesa:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
<b>24. Capacidade de redação clara e concisa em português.</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

**CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL – VAGA 113****- MODALIDADE PRODUTO –****1. FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 1.0)****Pontuação máxima 10 pontos:**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Formação acadêmica <b>não atende</b> ao perfil profissional solicitado no Edital.	Eliminado
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	4
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e possui especialização e/ou mestrado na área de conhecimento do produto.	6

**2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 2.0)****Pontuação máxima 20 pontos:**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme Edital.	1 ponto por atividade	5
Atividades específicas ao objeto de contratação, conforme Edital	1 ponto por atividade	5

**3. AVALIAÇÃO DE TRABALHOS ANTERIORES (Peso 1,0)**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Deverá ser enviado portfólio de trabalhos realizados anteriormente pelo candidato (deverá ser enviado juntamente ao currículo).	10

**4. ENTREVISTA (Peso 2,0)****Pontuação máxima 60 pontos**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Avaliação dos conhecimentos sobre metodologias para elaboração de estudos de viabilidade econômico-financeira.	20
Avaliação da experiência e capacidade de articulação com diferentes atores envolvidos no processo.	10
Quantas consultorias o candidato está realizando?  OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas.	A partir de 02 consultorias simultâneas o candidato perderá 5 pontos por consultoria; com 03 ou mais consultorias será eliminado

**MODELO DE CURRICULO**

**CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA:**

<b>INFORMAÇÕES PESSOAIS</b>					
<b>Nome completo:</b>					
<b>E-mail:</b>					
<b>Nº do RG:</b>					
<b>Órgão Expedidor:</b>					
<b>Data de Expedição:</b>					
<b>Data de nascimento:</b> (dd/mm/aaaa)					
<b>Local de nascimento:</b>					
<b>Sexo:</b>					
<b>Nome do Pai:</b>					
<b>Nome da Mãe:</b>					
<b>Estado civil:</b>					
<b>Língua Pátria:</b>					
<b>Nacionalidade de origem:</b>					
<b>Nacionalidade atual:</b>					
<b>HISTÓRICO PESSOAL</b>					
<b>Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?</b>					
<b>Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):</b>					
<b>ENDEREÇOS</b>					
Tipo Endereço	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial					
Residencial					
<b>TELEFONES</b>					
Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal	

ESCOLARIDADE					
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS					
Nome do Curso		Local do Curso		Carga Horária	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL					
A partir da data:		Até (data):	Tempo de Experiência:		
Cargo:		Empregador:			
Supervisor:					
Cidade/Estado:					
Atividades:					
Número e tipo de empregados supervisionados:					
Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.					
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS					
Língua	Leitura (Com facilidade ou com dificuldade)	Escrita (Com facilidade ou com dificuldade)	Conversação (Com facilidade ou com dificuldade)	Compreensão (Com facilidade ou com dificuldade)	
ESPECIALIDADES					
No quadro abaixo você deverá listar um máximo de duas especialidades, de preferência as que estejam diretamente relacionadas com o objeto de contratação do seu código.					
ESPECIALIDADE			TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)		
FAMILIARES EM ORG. INTERNACIONAIS					
Nome	Org. Internacional		Parentesco		
<b>RESUMO DO CURRÍCULO:</b> ( <u>De acordo com o perfil</u> descrito no código a que está concorrendo, fazer um resumo da experiência profissional e respectivo período):					

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA